

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Levi Varjão ¹

Lucas Silva Varjão ²

Noemi Silva Varjão ³

Loide Silva Varjão ⁴

RESUMO

Fazer uma análise sobre a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, desde a sua criação até a contemporaneidade, foi o objetivo deste estudo. Para atingir tal intento foi realizada uma pesquisa bibliográfica com artigos e materiais publicados na internet, assim, foi realizado um resgate histórico na cronologia da Educação Profissional e Tecnológica, abordando também a formação e qualificação dos docentes para atuarem nesta modalidade de ensino, e como a Educação Profissional e Tecnológica está sendo conduzida na atualidade. A pesquisa também traz referenciais teóricos como, Marx, Frigotto, Ramos e Ciavatta, que analisam sobre tal tema. Segundo Magalhães (2011), a história da EPT no Brasil, teve início no século XIX com o intuito de profissionalizar jovens, filhos da classe proletária, que não tinham recursos financeiros. Observou-se que a EPT no Brasil, a partir da LDB e da Lei nº 5.692/61, vem buscando estabelecer ponderações a respeito do desempenho do docente em atuação nessa modalidade de ensino. Atualmente observa-se que os jovens acreditam na Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento na sua vida profissional; essa modalidade de Educação deve buscar ser democrática e igualitária, apresentando condições dignas para seu crescimento, para que possa oportunizar condições de melhorias e emancipação humana.

Palavras-chave: EPT. Trajetória. Oportunizar. Desenvolvimento.

¹ Doutor em Educação. lmvarjao@uol.com.br

² Médico. lucsvvarjao@gmail.com

³ Médica. noevarjao@yahoo.com.br

⁴ Médica. los_varjao@yahoo.com.br

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ÉTICA

A palavra ética, segundo Nalini (2011, p. 68), tem origem no vocábulo grego *ethos* cujo significado deve ser entendido como o “modo de ser” das pessoas. “Ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Neste conceito, o autor considera ética como uma ciência, pois possui objeto de estudo, que é a moral, e leis próprias.

Dessa forma, a Ética é um ramo da Filosofia cujo objeto é a moral, um dos aspectos do comportamento humano. Logo, a ética configura-se como sendo a ciência do comportamento dos homens em sociedade. A ética é também definida, pelo mesmo autor, como um conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática. O complexo de normas éticas se alicerça em valores, chamados valores do bem (NALINI, 2011, p. 68).

“A ética é formada através de um conjunto de valores que embasam os códigos de ética”. Esses valores resultam da reflexão de pensadores que se consagraram através dos usos e costumes, pelo processo social de julgar comportamentos como certos ou errados (NALINI, 2011, p. 23).

Para Sá (2009, p.3), “a Ética tem sido entendida como a *ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes*” (grifo original). Neste contexto, percebe-se que, no campo da ética, existe de forma implícita ou não a aprovação ou desaprovação de uma atitude.

A palavra Ética é de origem grega, derivada da etimologia de “ethos”, que está relacionada aos costumes e aos hábitos dos homens. Na Grécia, o homem aparece no cerne da política, da ciência, da arte e da moral, visto que de acordo com a cultura, até os deuses apresentavam características humanas, possuindo assim defeitos e qualidades.

Em Roma, Ética deriva do latim “mores”; que significa “moral”, e segundo o direito romano, remete às normas de conduta e aos princípios que regem uma sociedade ou um determinado grupo.

Os estudos sobre o assunto lidam com a compreensão das noções e dos princípios que orientam as bases da moralidade social e da vida individual, além de tratar de uma reflexão sobre o valor das ações sociais, consideradas tanto no âmbito coletivo, quanto no âmbito individual.

Diversos são os autores que conceituam a Ética, podendo ser descrita como, por exemplo, um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade ou então como uma parte da filosofia (também pertinente às ciências sociais) que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual.

Para SROUR, a ética é: Um saber científico que se enquadra no campo das Ciências Sociais. É uma disciplina teórica, um sistema conceitual, um corpo de conhecimentos que se torna inteligível aos fatos morais. Mas o que são fatos morais? São os fatos sociais que dizem respeito ao bem e ao mal, juízos sobre as condutas dos agentes, convenções históricas sobre o que é certo e errado, justo e injusto, o que é certo ou errado? Toda coletividade formula e adota os padrões morais que mais lhe convém”. (SROUR, 2003, p. 7-8).

Os estudiosos da época faziam crítica da realidade social e, a partir dela, ofereciam ideias e direcionamentos (valores) orientadores para a conduta das pessoas, o que tinha como objetivo evitar os infortúnios que levariam ao desaparecimento do ethos comum.

A respeito dos termos ética e moral, Passos (2014) afirma que, embora suas etimologias sejam diferentes, elas possuem o mesmo significado: costume, modo de agir. A autora salienta o caráter social da palavra moral e o seu aspecto dialético. No primeiro, importa a função da moral na sociedade, promovendo um equilíbrio entre os interesses de cada pessoa e os sociais. No segundo aspecto, os valores morais se relacionam à expressão de uma cultura.

O conceito da palavra ética, dada as diversas variações culturais, foi objeto de estudo de grandes pensadores, a exemplo de Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Maquiavel, Marx, Sartre, dentre outros.

No período Clássico da Idade Antiga, já se atribuía um significativo valor para a ética. Para Sócrates, a felicidade, bem supremo do ser humano, consistia

em “proceder bem e ter uma boa alma” (PASSOS, 2014, p.32). A ética era a conquista deste bem.

Platão, discípulo e seguidor de Sócrates, também entendia a moral relacionando-a a felicidade, embora esta só pudesse ser encontrada na vida para além da terra. Entretanto, foi com Aristóteles (384-322 a. C.) que a ética se tornou uma disciplina sistematizada.

A ética aristotélica era determinada pelos fins que se buscava alcançar finalidade da Ética já não será mais o Bem por si mesmo, mas o Bem enquanto elemento que leva à Felicidade, objetivo principal do homem.

As virtudes devem ser ensinadas, pois a felicidade é uma atividade virtuosa, baseada na razão. Aristóteles trabalhou virtudes específicas, que fazem do homem um ser excelente, com quem é prazeroso viver. Essas virtudes são: coragem, temperança, senso de justiça, senso de humor, veracidade, cordialidade. A felicidade individual pressupõe a individualidade da coletividade.

Como muitos outros filósofos, Kant pensava que a moralidade pode resumir-se num princípio fundamental, a partir do qual se derivam todos os deveres e obrigações. Chamou a este princípio imperativo categórico (MAXIMIANO, 2012).

Kant afirmou que o valor dos seres humanos está acima de qualquer preço. Esse fato não tinha em mente apenas um efeito retórico, mas sim um juízo objetivo sobre o lugar dos seres humanos na ordem das coisas. Há dois fatos importantes sobre as pessoas que apóiam, do seu ponto de vista, este juízo (MAXIMIANO, 2012).

Primeiro, uma vez que as pessoas têm desejos e objetivos, as outras coisas têm valor para elas em relação aos seus projetos. As meras coisas (e isto inclui os animais que não são humanos, considerados por Kant incapazes de desejos e objetivos conscientes) têm valor apenas como meios para fins, sendo os fins humanos que lhes *dão* valor.

Segundo, e ainda mais importante, os seres humanos têm um valor intrínseco, isto é, dignidade, porque são *agentes racionais*, ou seja, agentes livres com capacidade para tomar as suas próprias decisões, estabelecer os

seus próprios objetivos e guiar a sua conduta pela razão. Uma vez que a lei moral é a lei da razão, os seres racionais são a encarnação da lei moral em si. A única forma de a bondade moral poder existir é através das criaturas racionais apreenderem o que devem fazer e, agindo a partir de um sentido de dever, fazê-lo. Isto, pensava Kant, é a única coisa com valor moral. Assim, se não existissem seres racionais a dimensão moral do mundo simplesmente desapareceria.

Não faz sentido, portanto, encarar os seres racionais apenas como um tipo de coisa valiosa entre outras. Eles são os seres para quem as meras coisa têm valor, e são os seres cujas ações conscientes têm valor moral. Kant conclui, pois, que o seu valor tem de ser absoluto, e não comparável com o valor de qualquer outra coisa (MAXIMIANO, 2012).

As interpretações dos valores éticos podem ser relativas ou absolutas. O comportamento ético relativo baseia-se no fato de que as normas da conduta dependem das situações, enquanto o absoluto defende de que essas normas servem para todas as situações (MAXIMINIANO, 2012).

Nas organizações, é necessário que as regras que norteiam seus princípios se tornem conhecidas por todos seus colaboradores. Para que isto ocorra, as empresas elaboram seu Código de Ética ou Normas de Conduta, sobre o qual se tratará a seguir.

DIFERENÇAS ENTRE ÉTICA E MORAL

A ética, na maioria das vezes, é interpretada como um sinônimo de moral, sendo sempre vinculada ao significado da palavra moral. Porém, a ética tem autonomia e também se apoia em várias outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a história, objetivando a análise do conteúdo do que é moral. Por oportuno, a ética também examina a responsabilidade de todos os atos humanos vinculados a moral.

Um problema prático-moral está sempre vinculado a uma situação concreta de agir, haja vista que sempre existem dois caminhos para agir diante da ação, assim, conclui-se um problema teórico-ético, situando a vértice da liberdade ou o

determinismo em que a ação está sujeita. (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 321).

Uma pessoa absorve a prática ética quando está frente à determinada situação, onde busca e questiona os padrões morais absorvidos durante o desenvolvimento.

O indivíduo encontra argumentos que podem ir contra ou a favor dos padrões que ele mesmo acredita, testando a possibilidade de segui-los ou não. As normas são os meios pelos quais os valores morais que os grupos sociais procuram se manifestar, adquirindo um caráter regulatório obrigatório.

A palavra moral é originária do latim *mos – mores*, significando “costumes”, conjunto de hábitos e regras adquiridos durante o tempo, pelas convenções histórico-sociais. Segundo Aristóteles, a virtude moral é adquirida como resultado do hábito, senão vejamos:

A virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome (*ethiké*) por uma pequena modificação na palavra *ethos* (hábito). Por tudo isso, evidencia-se que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza.

A filosofia que compõe o conceito moral limita os conflitos de interesses humanos, determinando que estes devam ser resolvidos e otimizados para melhorar a convivência dos indivíduos no meio social. Portanto, conceitua-se moral como sendo a definição do comportamento do homem diante da sociedade, podendo variar conforme sua cultura e o período histórico vivenciado. Essas normas podem ser adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano. Já a ética, é o conjunto de valores que orientam o comportamento humano.

A ética, enquanto ramo base do conhecimento tem por finalidade agregar o comportamento humano no interior de cada sociedade. Qualquer sociedade enfrentará os dilemas atribuídos à moral e à ética.

Os dilemas morais fazem parte do reflexo das ações das pessoas, surgindo a partir das consequências da ação e reação de um determinado indivíduo frente a um acontecimento. Segundo Mario Alencastro (1997, p.89), a

ética profissional consiste em um conjunto de normas de conduta que devem ser sugeridas e executadas durante o exercício profissional.

As ações reguladoras da ética atingem o desempenho profissional, fazendo com que o profissional respeite à semelhança do próximo. A ética individual consiste na construção continuamente inacabada, pois persiste até o fim da vida. O ser humano, desde seu nascimento, está sujeito à influência social, primeiramente por intermédio da família, depois pela influência social na escola, entre amigos, com os meios de comunicação, dentre outros.

Essas influências são adquiridas aos poucos, fazendo com que se manifeste o aspecto moral social. Assim, o indivíduo tem o livre arbítrio para acatar determinada norma devido sua reflexão social, podendo ser chamada de interiorização.

A moral kantiana foi concebida por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano. Sua principal intuição era que o indivíduo devia ser livre para agir "não em virtude de qualquer outro motivo prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia de dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente se dá"

A ação moral exigia a autonomia do agente e ser autônomo era obedecer a si mesmo ou ao que vinha de dentro. É o inverso do heterônomo (o que obedece a ordem do outro, obedece ao que vem de fora). Não se podia falar em ética sem autonomia, pois a ação heterônoma (cuja vontade vem de fora) não era uma ação ética.

A moral aristocrática e a utilitarista não eram eticamente válidas porque dependiam de algo exterior, sendo a primeira, de ideais transcendentais e a segunda, de ideais imanentes.

Para realizar a autonomia, a ação moral devia obedecer apenas ao imperativo categórico, validando o bom senso interior, que nós temos, que é o de perceber que não somos instrumentos e sim agentes.

Nunca instrumentalizar o homem era a exigência maior do imperativo categórico. Por isso, Kant fornece uma regra para saber se uma decisão

obedecia ou não ao imperativo categórico, que é a indagação de si mesmo, se a razão que faz agir de determinada maneira pode ser convertida em lei universal, ou seja, válida para todos os homens.

Caso a resposta fosse negativa, esta ação não era digna de um ser racional, não era eticamente boa, pois faltava a autonomia, e estaria agindo premido por circunstâncias exteriores.

O bem ético era um bem em si mesmo. Ao realçar a exigência da autonomia da ação moral, Kant desperta a questão da liberdade ética. O conceito de liberdade ética parte da distinção entre ação reflexa e ação deliberada.

A ação deliberada é aquela que resulta de uma decisão, de uma escolha; é o mesmo que ação autônoma. A ação reflexa é "instintiva", independe da vontade do agente. Apenas as ações deliberadas podem ser analisadas sob o ponto de vista ético.

A exemplo desta situação cita-se o caso gato que mordeu o homem por ter pisado na sua cauda. O gato tentou se afastar do que lhe era um mal, mas não podemos dizer que escolheu morder o homem. Logo, não se pode dizer que o gato agiu de forma imoral ou antiética.

A questão da liberdade ética pode ser assim resumida, através do questionamento e da resposta à questão: "Levando em conta que somos animais e, que, ocasionalmente, agimos de forma reflexa; em quais condições nossa ação pode ser considerada uma ação deliberada.

"O livrearbítrio é a qualidade que melhor define o homem. A própria condição humana exige que todo ato humano seja um ato de escolha, seja uma ação deliberada. O homem está condenado à liberdade, porque nunca pode decidir não escolher. Diante da consciência de que nos vemos forçados a realizar algo por imposição exterior, passamos a ter liberdade de escolher entre entregar-se à ação ou ir de encontro a ela"

2.2 CÓDIGO DE ÉTICA

O código de ética (CE) também denominado de compromisso social é uma ferramenta utilizada orientar as ações de uma profissão, além de ser uma declaração da postura social para todas as pessoas a ela relacionadas (ETHOS, 2007).

Soares (2013, p.114) afirma que os códigos de ética profissional vinculam-se ao projeto global da sociedade, ou seja, são “[...] orientados à manutenção das desigualdades sociais, do culto ao capital e da tranquilidade das consciências de quem as coloca em prática”.

Neste sentido, as normas de conduta profissional que existem atualmente “[...] são tomadas como *normas de administração do mercado de trabalho*, de modo que não possuem um caráter verdadeiramente ético, deontológico” (PASSOS, 2014, p.110, grifo original).

É ainda Passos (2014) quem declara estarem os códigos de ética voltados para três tendências. A primeira tem um sentido tautológico, pois os códigos elaborados segundo essa ótica buscam apenas legitimar e formalizar os fatos tal como os mesmos acontecem. Essa é uma visão positivista que busca “apaziguar a consciência dos profissionais e protegê-los de qualquer tipo de complicação de ordem legal e profissional [...] mesmo quando a prestação de serviços se der de forma e regida por princípios meramente econômicos” (PASSOS, 2014, p. 109).

Outra tendência é a que defende uma postura crítica e questionadora dos fatos, por meio de um discurso lógico que se pretende sério e verdadeiro. Entretanto, que os códigos assim elaborados são carentes de objetividade e clareza o que inviabiliza a sua prática.

A terceira tendência pauta-se em uma avaliação dos códigos existentes, analisando suas qualidades e defeitos, sugerindo as alterações que se fizerem necessárias. Nesse contexto, as normas de conduta são ferramentas para uma prática profissional adequada nas suas relações sociais e econômicas.

Os códigos de ética deixam claro qual a conduta que se espera do profissional. Dentre os diversos assuntos que devem constar em um código de ética, podem ser destacados, “respeito às leis do país, conflito de interesse, proteção do patrimônio [...], lealdade entre os funcionários, respeito [...],

transparência [...], denúncia, [...] suborno e corrupção, [...], propriedade de informação, assédio [...], alcoolismo e uso de drogas [...]" (ARRUDA, 2012, p.5).

A respeito dos códigos de ética, o Instituto ETHOS (2007) salienta que o mais clássico, dentre os do mundo ocidental, é formado pelos dez mandamentos judaico-cristãos e que as religiões têm como fundamento códigos dessa espécie. As profissões também pautam a conduta dos seus membros por códigos de ética que contém as expectativas relativas ao comportamento moral das pessoas.

A respeito da ética profissional, Passos (2014) aborda que a deontologia ou ética profissional apresenta as normas e princípios que devem orientar as relações entre os profissionais e seus pares.

A deontologia ou ética profissional tem como características um conjunto de normas e princípios para orientar as relações dos profissionais com os seus pares, e com os seus clientes, com sua equipe de trabalho, com as instituições a que servem, dentre outros. Como sua margem de aplicação é limitada ao círculo profissional, faz com que essas normas sejam mais específicas e objetivas. (PASSOS, 2014).

Em um código de ética devem ser considerados todos os relacionamentos mantidos pelas empresas, sejam eles internos ou externos, devendo os mesmos ser sistematizados em relação aos diversos públicos com que a empresa atua: os administradores, a direção e os funcionários; os concorrentes e o meio ambiente; acionistas, fornecedores clientes; entidades governamentais federais, estaduais e municipais; todas as esferas políticas e as comunidades em que a empresa e suas subsidiárias se inserem (ARRUDA, 2012).

A Fraude é uma palavra de origem latina "*fraus*", "*fraudis*" e significa engano, má-fé, logro. Atribui-se á palavra fraude o significado de engano malicioso ou ação astuciosa, praticados com má-fé, para ocultação da verdade ou fuga ao cumprimento do dever. (SÁ, 2007).

A fraude, sob o ponto de vista do fraudado e sob a ótica econômico-financeira, põe em descrédito o expropriado, expurgando-o do mercado e atingindo, de formas diversas e intensidades diferentes, a sociedade. "Fraude

é um erro cometido propositalmente com a finalidade de prejudicar alguém". (SÁ, 2007, p. 15).

O substrato da fraude está na traição, objetivando o proveito próprio ou de poucos e malefício de muitos, gerando o enriquecimento ilícito e com penas previstas em lei. A fraude é o crime ardiloso perpetrado com astúcia e engendrado através de ingênuos procedimentos a sofisticados e complexos sistemas eivados de vários ardis. (CABRAL, 2012, p. 125).

A fim de alcançar os objetivos de quem a pratica, a fraude adquire aspectos convenientes às circunstâncias, trazendo consigo o sentido de engano. Destaque-se que o engano da fraude difere daquele evidenciado no dolo, em que se mostra a manobra fraudulenta que visa induzir outrem à prática de um ato que gere prejuízo. O engano da fraude é oculto para furtar-se o fraudulento ao cumprimento da sua obrigação ou para o logro de terceiros, tencionando causar dano.

Dessa forma, a fraude baseia-se na prática de ato lesivo a interesses de terceiros ou da coletividade, ou seja, em ato em que se evidencia a intenção de fugir aos deveres obrigacionais ou legais, sendo, pois, uma contravenção jurídica.

Na administração econômica, fraudes são adulterações de pesos e medidas, substituição e subtração de mercadorias e valores, abuso de poder e de funções, apropriação indébita, cálculos errados, documentos falsos, faltas de caixa, irresponsabilidade em prestações de contas (CABRAL, 2012).

Dentre os diferentes tipos de fraudes, é de interesse para esse trabalho, apenas, aquelas que se constituem objeto da perícia contábil.

Dolo consiste em uma artimanha, um artifício ou engodo. É uma astúcia, encenação, um desejo maligno para viciar a vontade do destinatário, desviando de sua direção correta. "Dolo é artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica, aproveitando ao autor do dolo ou a terceiro." (BEVILÁQUIA apud VENOSA, 2007, p. 126).

O erro se mostra à vista de todos, da mesma forma que o dolo, isto é, como a representação errada de uma realidade. A diferença incide no fato de

que no erro o vício da vontade resulta da convicção do agente, mas no dolo o seu agente induz um terceiro ao erro. O dolo é provocado, o erro, espontâneo.

A fraude é processo astucioso e ardiloso tendente a burlar a lei ou convenção preexistente ou futura. O dolo, por seu lado, surge concomitantemente ao negócio e tem como objetivo enganar o próximo. O dolo tem em mira o declaratório do negócio. A fraude, que na maioria das vezes se apresenta de forma mais velada, tem em vista burlar dispositivo de lei ou número indeterminado de terceiros que travam contato com o fraudador. A fraude geralmente visa à execução do negócio, enquanto o dolo visa à sua própria conclusão.

Desse modo, podemos exemplificar: há dolo quando alguém omite dados importantes para elevar o valor do seguro a ser pago no caso de eventual sinistro; há fraude se o sinistro é simulado para o recebimento do valor do seguro

“O que caracteriza a fraude no terreno da Contabilidade é a falsa apresentação de um fenômeno relativo aos valores que constituem o patrimônio aziendal, e é necessário que este seja atingido para que realmente exista o fato”. Prof. José Rojo. (apud CABRAL, 2012, p.131).

Existe também fraude contábil resultante da manipulação dos registros das contas operacionais, visando, quase sempre, lesar o fisco, os sócios ou os acionistas. Destaque-se que as fraudes contábeis são resultados de representação inverídica do fenômeno das mutações patrimoniais e operacionais.

Quando ocorre a prática da fraude, são usados artifícios que levam ao engano, omitem fatos verdadeiros sobre a empresa, causando prejuízo a terceiros de maneira irresponsável, sujeitando-se o autor da mesma às penalidades previstas em Código, além de estar o mesmo sujeito às sanções impostas pelo Conselho representativo da categoria profissional.

No Brasil, em conformidade com a legislação própria; a qual, pela sua imperfeição ou defasagem com a atual realidade da conjuntura sócio-econômica, não se coadunando com o avanço tecnocientífico, vigora a prática de atos que geram graves enganos e violentam a consciência dos profissionais honestos.

É o caso do contabilista, a título de exemplo, atrelado às normas, regulamentos e procedimentos adotados pela categoria, defasados e inadequados à realidade dos dias atuais, depreciando ou reavaliando os bens patrimoniais em função da legislação pertinente, a qual não condiz com a verdade, por desprezar contingências conjunturais e a economicidade desses bens ligados a fatores naturais de mercado, levando os analistas de balanço ao engano e conseqüentemente prejudicando terceiros. (CABRAL, 2012, p. 128).

Essa prática resulta, também, em fraude. Mas, neste caso, é uma fraude consentida pela incompetência e omissão do órgão regulador da matéria.

2.3 ÉTICA PROFISSIONAL

A atuação profissional deve ser lembrada de maneira pessoal, mas ressaltando-se no trabalho em equipe, haja vista que muito dificilmente a coletividade não influencia na relação laboral.

Neste sentido, devemos lembrar que a forma de atuar profissionalmente requer princípios gerais que norteiam não apenas uma pessoa, mas sim um grupo de pessoas que atuam no âmbito profissional. Assim pode-se definir ética profissional como conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente de trabalho.

A ética no ambiente de trabalho é de fundamental importância para o bom funcionamento das atividades da empresa e das relações de trabalho entre os funcionários.

A palavra déon quer dizer dever, ou o que se deve fazer. Vem do grego "déon" que quer dizer o obrigatório, o justo, o adequado. A palavra lógos pode ser interpretada como sendo palavra, discurso, doutrina ou tratado; então, deontologia significa doutrina, tratado ou ciência do dever ou dos deveres; também, a doutrina, o tratado ou a ciência do que se deve fazer. "Profissional" é adjetivo do substantivo "profissão" (que vem da palavra latina professione e quer dizer ato ou efeito de professar). Sendo assim,

Deontologia profissional significa discurso, doutrina, tratado, teoria ou ciência do dever profissional. Falar de deontologia profissional é, pois, falar do conjunto de deveres, princípios e normas adotados por grupos profissionais, ou seja, por grupos que exercem uma determinada profissão.

Portanto, diz respeito a todas as profissões e possui caráter normativo e, até, jurídico, porque regulamenta as profissões. Também é chamada por ética profissional, porque a deontologia profissional faz convergir aspectos profissionais de relevância humana, que ultrapassam o campo do dever profissional em si. A deontologia profissional é chamada por ética profissional também, devido ao fato de constituir uma das grandes divisões da ética.

Entre as várias divisões encontradas destaca-se, algumas consideradas as mais simples: a Metaética, a Ética Normativa e a Ética Aplicada.

Ressalta-se que Deontologia profissional ou ética profissional é o conjunto das normas de condutas que devem ser postas em prática, por qualquer indivíduo no exercício de sua profissão.

Códigos de ética Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. Num país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser ético, já em outro, essa atitude pode ser considerada um desrespeito a um princípio ético, o de não utilizar animais para estes fins.

Aproveitando o exemplo, a ética na área de pesquisas biológicas é denominada bioética. Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos, como são os casos da ética médica, da ética profissional (trabalho), da ética empresarial, da ética educacional, da ética nos esportes, da ética jornalística, da ética na política, e outras.

Abaixo alguns pontos importantes para o dia a dia de uma organização e para o ambiente de trabalho, considerando o sentido ético, para melhor e maior aproveitamento do profissional:

- Maior nível de produção na empresa;
- Favorecimento da criação de um ambiente de trabalho harmonioso, respeitoso e agradável;
- Aumento no índice de confiança entre os funcionários.

• Importante destacar ainda alguns exemplos de atitudes éticas, que todo o trabalhador deve praticar e ter o cuidado, quando

estiver no ambiente de trabalho: • Educação e respeito entre os colaboradores; • Cooperação e atitudes que visam ajudar os colegas de trabalho; • Divulgação de conhecimentos que possam melhorar o desempenho das atividades realizadas na empresa; • Respeito à hierarquia dentro da empresa; • Busca de crescimento profissional sem prejudicar outros colegas de trabalho; 28 • Ações e comportamentos que visam criar um clima agradável e positivo dentro da empresa como, por exemplo, manter o bom humor; • Realização, em ambiente de trabalho, apenas de tarefas relacionadas ao trabalho; • Respeito às regras e normas da empresa.

2.4 TIPOS DE CÓDIGO DE ÉTICA CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAIS

Evidenciam os direitos, deveres, as proibições – condutas vetadas no exercício da profissão - e as sanções e punições (éticas e disciplinares), no caso de desobediência ao código. Cada código de ética especifica o papel da profissão na sociedade e a importância do respeito à dignidade humana no exercício de cada profissão. Há vários códigos de ética e das mais diversas profissões, sendo alguns: código de ética dos médicos, dos psicólogos, dos enfermeiros, do contador, do assistente social, dentre outros, etc. Códigos de Ética Empresariais:

Evidenciam a missão, a visão, os valores e princípios que norteiam a organização e que devem ser conhecidos e respeitados pelos seus funcionários. É por meio do código de ética institucional que a função da empresa na sociedade e os valores que ela cultiva são percebidos e perpetuados.

Os conselhos profissionais e das instituições, geralmente, possuem um conselho de ética que é o responsável por definir e elaborar o conteúdo do documento.

O conselho de Ética é formado por profissionais conceituados, escolhidos pela classe profissional que a representam, sem vínculo empregatício com os Conselhos, mas possuem responsabilidade ética legal sobre os assuntos da categoria. Atuam como tribunais, julgando as situações que podem gerar sanções éticas ou disciplinares e são baseados nas regulamentações dos códigos. No mundo tem acontecido encontros para a formulação de um conjunto de padrões éticos com o intuito de serem aplicados em todas as organizações.

Em um encontro na cidade de Caux, Suíça, em 2004, líderes empresariais europeus, norte-americanos e japoneses elaboraram um código internacional de ética respaldado num conjunto de valores compartilhados mundialmente, sendo eles a veracidade, a integridade, a equidade e a igualdade. 29

Esse código internacional de ética é constituído por 13 princípios que abrangem as mais variadas interfaces das organizações (FERRELL, 2001): • Responsabilidade das empresas • Impacto social e econômico das empresas • Conduta empresarial • Respeito às regras • Apoio ao comércio multilateral • Respeito ao meio ambiente • Prevenção de operações ilícitas • Relações com cliente • Direitos e deveres dos colaboradores • Agregação de valor para proprietários e investidores • Parceria com fornecedores • Práticas com relação à concorrência • Inserção da comunidade nas decisões empresariais.

As organizações que criam um clima transparente, de confiança e respeito mútuo, possuem um recurso valioso para gerar credibilidade, interna e externa, e é um incentivo para o sucesso. É vantajoso para a empresa ser considerada ética, pois tal reputação produz um efeito positivo poderoso sobre suas relações com as partes interessadas.

CONSIDERAÇÕES finais

A Ética corresponde ao estudo de conceitos de valor referentes à conduta humana. Usualmente ela está relacionada com a moralidade, a avaliação de costumes, deveres e procedimentos que uns tem que ter com os outros.

Ao se referir à ética e aos significados que ela possui em relação ao cotidiano relaciona-a diretamente aos compromissos e responsabilidades que se situam na esfera pública, e principalmente, faz-se referência a sua área de atuação profissional.

A ética é vista como uma referência em relação aos direitos, mas, aos deveres profissionais também, quando define ideais, valores, modos de estar e, principalmente, modos de ser.

As organizações possuem um grande papel na sociedade e precisam adotar posturas éticas, a fim de desenvolver melhores produtos e serviços para os consumidores se quiserem permanecer firmes no mercado.

Quando uma empresa adota uma postura ética, sua perspectiva de sucesso é maior, pois a organização conquista respeito e confiança dos colaboradores, clientes, fornecedores e outros. Os interesses éticos de uma organização podem se diferenciar de acordo com a cultura organizacional, tipo de negócio e o tamanho da empresa.

A ética profissional tem o objetivo de conduzir o relacionamento do profissional com as pessoas que necessitam dos seus serviços, ou seja, os seus clientes e vice-versa, tendo em vista, principalmente a dignidade do homem e o bem-estar do seu contexto sócio-cultural no qual atua profissionalmente.

A formação ética de um profissional, não se ocupa apenas com os valores que lhe são transmitidos mediante uma profissão, a sua estrutura pessoal também é levada em consideração, embora não possua o direito de transmitir ou impor valores éticos àqueles que necessitam de seus serviços.

REFERÊNCIAS

Rio de Janeiro: Campus, 2013.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. **Código de ética**: um instrumento que avalia valor. São Paulo: Negócio Editora, 2012.

CABRAL, Alberto Franqueira. **A responsabilidade social do perito contador frente às fraude**. XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2012.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2012.

PASSOS, Elizete Silva. **Ética nas organizações**: uma introdução. Salvador: Passos & Passos, 2014.
